



**ACÓRDÃO Nº236/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11726/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Silves
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Julimar Neves Grana (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Nilcilene Pereira Cavalcante – OAB/AM 9834
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICREA
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7339/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Silves. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Silves, referente ao exercício de 2017 (U.G: 991), de responsabilidade do Senhor **Julimar Neves Grana**, Presidente da Câmara Municipal de Silves e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas "b" e "c", todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas "b" e "c", da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.2. Aplicar Multa** ao Senhor **Julimar Neves Grana**, Presidente da Câmara Municipal de Silves e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), por atos ilegítimos/ antieconômicos que resultaram em injustificado dano ao erário, com fulcro no art. 54, III da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 308, V da Resolução nº. 04/2002, em razão das impropriedades discriminadas nos itens nºs: 08; 09; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19 e 20 deste voto e fixar prazo de 30 dias para que o responsável recolha o valor da MULTA, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de



**ACÓRDÃO Nº236/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável.

**10.3. Considerar em Alcance** ao Senhor **Julimar Neves Grana**, Presidente da Câmara Municipal de Silves e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 76.376,49** (setenta e seis mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e nove centavos), nos termos do artigo 304, inciso VI, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas “c” e “d” e §2º, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados na fundamentação do Relatório/Voto (Impropriedades nºs. 13; 15; 17 e 18) e fixar prazo de **30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor do Alcance/Glosa, na esfera Municipal para o órgão Câmara Municipal de Silves, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea “a” da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

**10.4. Determinar À ORIGEM** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.4.1.** Atraso na entrega da Prestação de Contas no TCE;

**10.4.2.** Inconsistência nos valores dos Quadros do Balanço Orçamentário;

**10.4.3.** Ausência da Escrituração Contábil de Bens Imóveis;



**ACÓRDÃO Nº236/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.4.4.** Ausência de baixa total dos valores inscritos na Dívida Flutuante;

**10.4.5.** Divergência entre valor informado na Contabilidade e os processos de pagamentos;

**10.4.6.** Contabilização em contas genéricas;

**10.4.7.** Descumprimento com limite de dispêndio de Gastos com o Poder Legislativo;

**10.4.8.** Descumprimento do limite de 70% da Receita da Câmara com Pessoal;

**10.4.9.** Ausência de Controle da Gestão Patrimonial;

**10.4.10.** Ausência de controle de materiais de consumo;

**10.4.11.** Descumprimento da Lei de Licitações e Contratos nos Processos de Dispensas;

**10.4.12.** Ausência de Projeto Básico em Processo de Dispensa;

**10.4.13.** Pagamentos realizados sem a devida liquidação;

**10.4.14.** Ausência de comprovação de deslocamento nos processos de Diárias concedidas;

**10.4.15.** Indícios de Complementação Salarial;

**10.4.16.** Terceirização irregular de serviços Assessoria Contábil para atividades inerentes às atividades finalísticas do órgão e/ou atinentes às atribuições típicas de cargos permanentes, em preliminar, denotando substituição de servidores. Possibilidade de impacto nos limites de despesas de pessoal;

**10.4.17.** Improriedade nos recolhimentos previdenciários;

**10.4.18.** Improriedade nos repasses à Secretaria da Receita Federal;



**ACÓRDÃO Nº236/2023– TCE–TRIBUNAL PLENO**

**10.4.19.** Pagamentos diferenciados a servidores com cargos idênticos;

**10.4.20.** Admissão de servidor exclusivamente comissionado, selecionado por amplo recrutamento, para desempenho das atribuições de “Controlador Interno” de cujas atividades desempenhadas referem-se às atividades finalísticas do órgão e/ou atinentes às atribuições típicas de cargos permanentes, em preliminar, denotando substituição de servidores, as quais deveriam ter sido efetuadas por meio de concurso público.

**10.5. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

**11- Ata:** 4ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 23 de Fevereiro de 2023

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente– não votou), Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES**  
Procuradora-Geral, em substituição